

PLANO DE ESTUDO DE COMUNIDADES URBANAS,
TENDO EM VISTA ESTABELECEER BASES PARA O
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.

por J. Roberto Moreira

PLANO DE ESTUDO DE COMUNIDADES URBANAS,
TENDO EM VISTA ESTABELECEER BASES PARA O
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.

I. Razões ou motivos do Plano.

1. O hábito (*) brasileiro, criado - segundo se diz - pela forma de colonização e administração portuguesas, de administração centralizada, tem sido responsabilizado por dois problemas que afetam a institucionalização educacional: falta de recursos e falta de iniciativa locais para a criação, manutenção e desenvolvimento de sistemas educacionais. Isto porque a administração central da República e dos Estados exaure a capacidade local de pagar impostos e taxas, de modo que pouco ou quase nada resta às administrações municipais que, assim, se vêem obrigadas a custear seus serviços e obras com um mínimo de recursos, correspondentes, aproximadamente, a 8,1% da arrecadação pública em geral, ou a 19,8% da arrecadação estadual, ou a 15,8% da arrecadação federal. Nestas condições, a educação escolar e outros serviços são introduzidos nas comunidades como provindos dos poderes públicos, estaduais e federais; não são produto das comunidades; são um corpo estranho, preparado e organizado fora da comunidade e a estas imposto.

2. Entre as idéias que vêm sendo debatidas e defendidas pelo I.N.E.P. e pelo C.B.P.E. está a que, de acordo com uma concepção democrática da educação institucionalizada, prevê a iniciativa e a liberdade de organização, por parte das comunidades brasileiras, dos seus próprios sistemas educacionais, assumindo por eles plena responsabilidade. Seria a descentralização administrativa da educação escolar.

(*) - Preferimos falar em hábito, porque não sabemos se, de fato, temos aí uma tradição. A dúvida tem cabimento, porque a tradição resiste mais ao impacto da inovação, e, entretanto, quer na Regência, quer na 1ª República, tivemos indício que não seria difícil erradicar o hábito em vista por outro, em sentido oposto.

Em face da contradição entre este ideal e as condições descritas no item anterior, o I.N.E.P. tem aconselhado - como no caso de um ante-projeto de reorganização do ensino, elaborado a pedido do Governo de Goiás - a criação de fundos de ensino, nas órbitas federal, estadual e municipal. O fundo federal suplementaria os fundos estaduais e estes os municipais. Desta forma, a falta de recursos municipais seria compensada pela suplementação vinda de fora, cabendo aos municípios a iniciativa de organização e administração locais dos serviços educacionais.

O plano pressupõe, portanto, a capacidade e desejo dos municípios de assumirem a responsabilidade que se lhes quer dar e que visaria sobretudo o ensino elementar, a escola primária.

3. Acresce ainda que o próprio I.N.E.P., apoiando uma iniciativa do Ministro Clóvis Salgado, se empenha agora a resolver o chamado problema do "hiato nocivo", consistente no fato de que as crianças das áreas urbanas que concluem o curso primário de quatro anos, geralmente aos 11 anos de idade, e as que o abandonam por qualquer motivo, inclusive por terem falhado nos exames de promoção, e, assim, repetido várias vezes o mesmo grau primário, se vêem semi-abandonadas, quando não conseguem prosseguir os estudos, o que é fatal para as que se encontram no último caso, e sempre possível para outras quando não dispõem de suficientes recursos para custeio dos estudos médios. De acordo com a lei, tais crianças só poderão trabalhar ao completarem 14 anos de idade. Há, pois, um hiato, considerado nocivo, entre os estudos primários e o início da vida de trabalho.

Pensa o I.N.E.P. que a correção de tal hiato estaria em estender o curso primário por mais dois anos, aos quais teriam acesso quer os que completassem os 4 anos primários, quer os que o tivessem abandonado, desde que com mais de 12 e menos de 14 anos de idade. Seriam dois anos de treinamento mais intensivo nas técnicas culturais básicas e de preparação para a iniciação da aprendizagem profissional em serviço, isto é, quan

do fôsse legalmente possível à criança obter um emprego de iniciação profissional.

O planejamento dêstes anos complementares do curso primário, exige um conhecimento das possibilidades e das necessidades profissionais nas diferentes regiões culturais e econômicas do Brasil, bem como do caráter real e da extensão do hiato mencionado.

4. Por outro lado, a Campanha de Educação de Adultos, organizada, orientada e dirigida pelo Departamento Nacional de Educação, que, se não é, deveria ser o principal órgão de administração educacional do Ministério da Educação e Cultura - enquanto o I.N.E.P. o seria no setor de estudos e pesquisas - vem tentando corrigir o atraso cultural de grande parte da população brasileira (50%) por um sistema de cursos de emergência que visam, pela alfabetização de adultos, fornecer, depois, a essa população cultural e economicamente atrasada, informações e instruções escritas, por meio de livros, folhetos, jornais, cartazes e murais, que lhe permitam melhorar as condições de vida individual e coletiva nas respectivas comunidades.

Há nessa atitude da referida Campanha, talvez sem consciência nítida das respectivas implicações, o pressuposto "herbartiano" de que a educação se faz pela instrução, e outro, muito discutível, de que o desenvolvimento econômico - cultural de indivíduos e comunidades se realiza mediante a aprendizagem escolar e a leitura de informações e instruções.

5. Também a Campanha Nacional de Educação Rural, subordinada ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, procura desenvolver um programa de orientação e assistência ao ensino primário nas áreas rurais, não só empenhando-se no aumento do número de escolas rurais, mas ainda na formação e treinamento de professores para tais escolas. Todo o trabalho de assistência e orientação visa dar ao currículo do ensino primário um conteúdo intimamente relacionado com a vida rural, de modo a despertar o interesse pelas atividades agrícolas e contribuir para a melhoria progressiva das técnicas de trabalho rural.

As atividades da Campanha se baseiam no pressu -

posto de que, por êsse modo, se conseguirá fixar o homem ao campo, evitando o êxodo dos rurícolas para as cidades. É evidente que, em face de tal pressuposto, se atribui à educação o poder de evitar ou estancar um processo de mudança na sociedade brasileira, cujas causas - segundo procuram demonstrar vários estudos contemporâneos - são de natureza econômica.

Acredita-se que, pela formação e transmissão de ideais ruralistas, pela execução de um currículo escolar em termos de motivação mais ou menos bucólica, pela prática de certas atividades agrícolas na escola, se conseguirá que as populações campestres e sertanejas prefiram as condições de vida rural às condições de vida urbana.

6. Temos, assim, já em atuação, no setor federal da administração educacional, várias iniciativas que pretendem, por intermédio da educação institucionalizada, condicionar e, até certo ponto, orientar a vida de uma grande parte da população brasileira, iniciativas essas, baseadas, tôdas, em certos pressupostos que, possivelmente, nem sempre corresponderão à indução baseada em observação de fatos.

Isto significa, até certo ponto, uma arriscada responsabilidade que o M.E.C. assume, sem a certeza de que está trilhando caminho certo.

Ora, não é possível mudar o sistema administrativo da educação, nem querer que os municípios assumam plena responsabilidade pelas escolas públicas, de modo a atender as necessidades educacionais de sua população, sem conhecer suas possibilidades econômicas e culturais. Por outro lado, a ser mantido o atual sistema administrativo, mais ou menos centralizado pelo Estado, embora, por força de dispositivo constitucional, sejam os municípios obrigados a aplicar em educação 20% da renda dos seus impostos, e, assim, criar um sistema paralelo de ensino primário e, às vezes, também médio, importa saber como atuam, como podem e devem atuar as escolas introduzidas de fora na comunidade.

De forma semelhante, o combate ao analfabetismo, que significa uma tentativa de levantamento do nível cultural

de nossas populações, tem que obedecer a um conhecimento tão exato quanto possível das condições sociais e econômicas do próprio analfabetismo, das possibilidades que as diferentes comunidades oferecem à sua erradicação, das prováveis conseqüências do mencionado combate sôbre o "status" social das populações que foram atingidas, inclusive sôbre o fenômeno das migrações internas e do êxodo das áreas rurais para as áreas urbanas, etc.

Finalmente, no que diz respeito às práticas escolares rurais, à sua orientação pedagógica e à sua intensificação - como é propósito da Campanha Nacional de Educação Rural - há tôda uma série de condições e fatores que precisam ser convenientemente estudados: situação econômica e cultural das populações rurais nas diferentes regiões do país, causas e condições de urbanização das referidas populações, receptividade possível do tipo de educação que se quer realizar, tendo em vista êsses fatores, etc.

7. Além do exposto, há que levar em conta não ser a educação apenas uma função escolar, pois que esta não é senão um aspecto e uma parte daquela, e nem sempre a mais importante. Outras agências sociais e a própria vida coletiva, em suas relações de classes, grupos e instituições, exercem ação educativa, porque condicionam o desenvolvimento das gerações novas. Temos, assim, uma grande parte de educação, de natureza informal, não dirigida ou orientada intencionalmente, que se realiza fora da escola e apesar da escola. E, o que é mais sério, essa educação informal, e em grande parte, não intencional pode condicionar tanto positiva como negativamente as funções escolares. São hábitos, atitudes, modos específicos de comportamento, valores e resíduos culturais cuja transmissão o convívio social das gerações mais novas com as mais velhas estabelece e que tanto podem favorecer a ação da escola, se esta souber a-proveitá-los convenientemente, como também dificultá-la, se o currículo escolar os contrariar.

8. De tôdas essas condições do desenvolvimento da educação nas comunidades brasileiras, das tentativas já em execução de re-organização administrativa, escolar e didática, e

de levantamento do nível cultural das populações interiores, resulta a necessidade do seu estudo mais minucioso, quer em amplitude, quer em profundidade, a fim de dar às soluções educacionais base real, factual, de possibilidade de êxito.

Como frisara o Prof. Jacques Lambert, em seu depoimento de meados de 1956, "o Brasil compreende zonas de estrutura econômico-social muito diferentes (zonas arcaicas e evoluídas, zonas de grande e fraca densidade demográfica, etc.). A escola funciona de maneira diferente nessas diversas zonas; é preciso que sua estrutura e seus métodos se adaptem a essas diferenças."

O Prof. Lambert propôs uma coleta de informações a respeito, o que deu margem a um primeiro ensaio que constitui o projeto a cargo de D. Aparecida J. Gouveia, e que, nos seus resultados já conhecidos sugere, a nosso ver, um esforço maior, no sentido em que aqui propomos.

Por isso, é em torno das condições sociais e culturais que deverão revelar a organização da escola brasileira em nossas diversas áreas, que a DEPS do CBPE propõe seu tema central de pesquisas e estudos para o período de 1957-1958.

II. As Comunidades Urbanas e seu Estudo.

1. O Dr. Manuel Diegues Jr., a 7 de março de 1956, iniciou um estudo básico para a delimitação das regiões culturais do Brasil, estudo êsse que, tendo sido completado, foi agora submetido à apreciação crítica de outros especialistas no assunto.

Nesse trabalho o Dr. Diegues Jr., com base em observações já realizadas e em novas, procura caracterizar as principais formas de adaptação do brasileiro ao meio, a fim de definir as condições que determinaram os principais tipos de sociedades regionais no Brasil.

2. Acreditamos que êsse estudo, dentro em breve, em situação de ser consultado, poderá servir de base para a escolha de um grupo de comunidades urbanas a serem inicialmente es

tudadas monograficamente, com vistas ao conhecimento das relações entre o processo de socialização que se opera em cada uma delas e a sua estrutura econômico-social. Seria, até certo ponto, uma extensão do trabalho já em via de conclusão, a que se entregou o Dr. Oracy Nogueira, em Itapetininga, no Estado de São Paulo, com vistas menos à aplicação de um método, que a, de forma simplificada e rápida, conseguir apurar as possíveis diferenças nos processos de socialização operantes no Brasil, em face das diferenças estruturais, econômicas e culturais, das nossas sociedades regionais. Seria uma tentativa de, associando o trabalho do Dr. Diegues Jr., e o do Dr. Oracy Nogueira, em seus resultados, encontrar um método que nos permitisse surpreender em sua realidade formal (escolar) e não formal os meios pelos quais as gerações novas se adaptam à vida social de suas respectivas comunidades. Não se trata de estender pura e simplesmente o trabalho do Dr. Oracy Nogueira a outras comunidades, mas de, escolhidas estas, segundo critério que julgamos dever ser possível à luz do estudo do Dr. Diegues Jr., verificar até que ponto os "patterns" de comportamento e de participação das gerações novas na vida comunitária, tais quais foram caracterizadas pelo estudo sobre Itapetininga, sofrem ou não modificações em outras comunidades, de outras áreas culturais.

3. Juntamente com êsse estudo monográfico, paralela mas estreitamente relacionada a êle, far-se-ia a extensão da pesquisa sobre a relação da escola primária com sua vizinhança, a cargo de Da. Josildeth Gomes e de Andrew Pearse, em fase de elaboração final, valendo-se dos métodos mais eficazes que, nesse projeto-pilôto, êles conseguiram desenvolver. Seria êste um modo de fornecer visão mais clara dos processos formais de socialização, do seu êxito ou de sua falha ou fracasso, porque teríamos, então, noção mais extensa e compreensiva das relações entre alunos e professores, entre êstes e as famílias, bem como da integração da escola na vida vicinal, e dos valores, atitudes e opiniões dos grupos envolvidos neste contexto sobre a educação formal.

4. Além disso, com vistas à sondagem das possíveis

mudanças no sistema escolar em geral, que, em cada comunidade dos tipos a serem estudados tivesse maior receptividade, estenderíamos a uma amostra dessas comunidades, escolhida segundo o critério que nos fornecer o trabalho do Dr. Diegues Jr., o inquérito realizado por Da. Aparecida Joly Gouveia em algumas comunidades do Estado do Rio, cuja primeira análise, já concluída, será distribuída nestes próximos dias à equipe do C.B.P.E., para apreciação crítica.

O inquérito de que se encarregou Da. Aparecida, permite, entre outras coisas, conhecer os problemas educacionais tais como eles são sentidos por pais e professores, auscultar as aspirações dos pais em matéria de educação e analisar a filosofia educacional dos professores dos diferentes tipos de estabelecimentos escolares.

5. A razão de preferirmos fazer o estudo, tomando por base comunidades urbanas representativas das regiões culturais brasileiras, é que a mudança em nossa civilização é caracterizada pela urbanização crescente de nossas populações, decorrente da criação de novas técnicas de trabalho como consequência da transformação das bases econômicas da sociedade brasileira.

Assim, segundo os resultados do censo de 1950, mais de 36% da população brasileira vivia em vilas e cidades, sendo que perto de 5 milhões em comunidades de menos de 5.000 habitantes, 2 milhões em comunidades de mais de 5.000 e menos de 10.000, 1 1/2 milhões em comunidades de mais de 10.000 e menos de 20.000, outros 2 milhões em comunidades de 20 a 50 mil habitantes, 1 1/2 milhões em comunidades de mais de 50 e menos de 100 mil, e cerca de 7 milhões em comunidades de mais de cem mil habitantes, sendo que, neste último grupo, só São Paulo e Rio de Janeiro aglomeravam cerca de 60%.

Comparados estes dados com os dos censos de 1940 e 1920, verifica-se que a tendência da população brasileira é a de aglomerar-se em comunidades de 5 a 50 mil habitantes, razão pela qual pensamos que o planejamento educacional do futuro deverá ter em vista esse fato, isto é, de que a parte mais substancial de nossa população viverá em comunidades de 5 a 50 mil habitantes.

6. Além disso julgamos que, com base nos modernos estudos de sociologia urbana, cada cidade tem sua área de influência, estabelecendo-se ao seu redor cidades menores e centros semi-rurais e semi-urbanos (rurbanos) que dela dependem. Temos como possível que, na presente situação brasileira, seria mais racional e eficaz planejar a educação institucionalizada, a partir de tais centros urbanos e, segundo adaptações possíveis, estendê-la à área de influência de tais centros, o que permitiria à escola rural ter maior sentido de adaptação, sem a atitude, tão lírica, quanto agressiva, de ruralismo em oposição ao urbanismo. Julgamos importante compreender que há mútuo condicionamento entre vida urbana e vida rural e que as tendências da sociedade moderna são no sentido de rurbanização, isto é, de levar para o trabalho e a economia rurais, muitas das técnicas urbanas.

Dai, a nosso ver, a necessidade de estender os estudos, que estamos propondo, às áreas de influência das comunidades urbanas a serem estudadas.

Logo e, em termos mais precisos, julgamos que nos estudos monográficos de comunidades e nos inquéritos sobre a atitude dos pais e professores em relação à escola, seria útil necessário partir do pequeno centro urbano de 10 a 50 mil habitantes, estudando-o, não apenas em si, mas em suas relações com as áreas mais próximas, semi-rurais ou rurbanas, que estão sob sua influência, a fim de se terem meios de apreciação e avaliação do alcance cultural de tal centro sobre as populações que lhes são vicinais, influência essa que pode condicionar todo o planejamento educacional para tais áreas, quer no seu centrourbano, quer no seu âmbito rurbano.

7. Sumariando, apresentamos como projeto principal da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais, para o período 1957-1958:

- a) o estudo monográfico dos processos de socialização nas comunidades urbanas de 10 a 50 mil habitantes, mais representativas das diferentes áreas culturais brasileiras, tendo em vista as relações desses processos com as estruturas das respectivas comunidades;

- b) estudo da influência (inclusive no sentido de cultura tecnológica) de tais comunidades sobre as áreas que lhes são vizinhas, semi-urbanas ou rurais;
- c) estudo das relações entre as escolas existentes nessas comunidades e a sua ambiência vicinal, nos termos do projeto já desenvolvido por Da. Josildeth Gomes e Andrew Pearse em relação a uma escola do Rio de Janeiro;
- d) estudo das expectativas das famílias das mesmas comunidades e áreas rurais, vizinhas, em relação à escola e da opinião dos professores sobre os problemas educacionais;
- e) integração desses diferentes aspectos do projeto, num plano de interpretação das necessidades educacionais, descobertas, e de suas relações com outros problemas e situações comunitárias.

8. Para execução do projeto seriam aproveitados os melhores métodos que já foram desenvolvidos em outros projetos do CBPE, respectivamente a cargo do Prof. Oracy Nogueira, de Da. Josildeth Gomes e Dr. Andrew Pearse, e de Da. Aparecida Joly Gouveia.

9. Esses métodos poderiam ser acrescidos de novas técnicas que a coordenação do projeto e a integração dos seus diferentes aspectos exigissem, conforme fôr indicado pelo estudo e o debate do presente projeto.

10. Todo esse trabalho seria beneficiado pelos esclarecimentos advindos dos projetos já em fase final de execução, desenvolvidos pela DEPS, pois que todos têm relação mais ou menos estreita com o assunto.

Por exemplo, os que dizem respeito ao estudo do trabalho de menores nas áreas urbanas e rurais, a cargo dos Srs. Robert Nicolaus Dannemann e Clóvis Caldeira, os quais podem contribuir para se compreender as lacunas do sistema educacional em relação às necessidades de trabalho nas comunidades estudadas.

Igualmente o estudo geral da estratificação e mobilidade social no Brasil, pode e deve fornecer elementos básicos para a compreensão dos processos de relação social entre grupos e classes das comunidades em questão.

11. cremos que tal projeto, capaz de canalizar num sentido único, de esclarecimento das necessidades educacionais da população mais capaz de ser interessada no assunto, por ser a que mais de perto está sentindo as contradições e os problemas ocasionados pelo processo de mudança social que caracteriza o Brasil contemporâneo, será o mesmo que obter o desfecho das atividades até agora cumpridas pela DEPS na mais objetiva e ampla das finalidades do CBPE, que é estabelecer as bases científicas, permitidas pelas ciências sociais, do planejamento educacional.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1957.

J. Roberto Moreira

Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais.

JRM/lvs